



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SECÃO II

ANO XVIII — Nº 211

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 28 DE DEZEMBRO DE 1963

SENADO FEDERAL

ATA DA 7ª REUNIÃO, EM 27 DE DEZEMBRO DE 1963 — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA.

PRESENCIA DO SR. CAETETE FINHEIRO:

As 15 horas encontram-se presentes os Srs. Senadores:

Caetete Finheiro — Sebastião Archer — Aloysio de Carvalho — Pedro Ludovico e Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE:

A 15h00 de presença abriu o encaminhamento de 5 Srs. Senadores. Não há número para abertura de sessão. Designo para a próxima, a seguinte:

ORDEM DO DIA:

TRABALHO DAS COMISSÕES

Encerrada a reunião às 15 horas e 5 minutos.

DIRETORIA DAS COMISSÕES

Comissão Especial incumbida de estudar as causas que dificultaram a produção agropecuária e suas repercussões negativas em nossas exportações.

12ª REUNIÃO, REALIZADA EM 13 DE NOVENBRO DE 1963

As quatorze horas e vinte e cinco minutos, do dia 13 de novembro de mil novecentos e sessenta e três, na Sala das Comissões, do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Ermírio, Presidente, Siqueira Pacheco, Vice-Presidente, Aurélio Vianna, Relator, José Feliciano, Júlio Leite, Bezerra Netto, Ruy Carneiro, Leite Netto e Artílio Fontana, reuniram-se a Comissão Especial, incumbida de estudar as causas que dificultam a produção agropecuária e suas repercussões negativas em nossas exportações. Deixa de comparecer por motivo justificado, o Senhor Senador Lopes da Costa. É dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a Sessão, convidando Sua Excelência o Dr. Gomes Maranhão, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, para uma exposição sobre a atual produção açucareira do Brasil. O Sr. Dr. Gomes

Maranhão, após cumprimentar o Senhor Presidente e demais membros da referida Comissão Especial, detém-se longamente na apreciação da cana de açúcar, conforme registro abaixo taquigrafado.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE — Temos a honra de receber nesta Comissão o Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, Dr. Gomes Maranhão, que veio para trabalhar em prol do desenvolvimento da indústria açucareira do País. Conhecedor profundo de todos os seus problemas, não podia esta Comissão terminar seus estudos sem tomar conhecimento da situação em que se encontra a lavoura canavieira, a fim de poder propor medidas adequadas para o aumento da produção, para uma produção eficiente, para mudança de práticas e pequenas modificações de métodos, financiamento, assistência, exportação e outros assuntos de interesse de grande importância nacional. Seríamos muito felizes se o Dr. Gomes Maranhão tem procurado desenvolver, neste setor, de maneira eficiente, pela sua ação firme e decidida em dar uma produção muito maior do que a que temos atualmente no País.

Tem a palavra o Dr. Gomes Maranhão para, em breves palavras, dar a posição que julga necessária desenvolver neste pequeno inquérito. Certamente, tanto a Presidência como seus companheiros de Comissão terão pergunta a fazer oportunamente.

O SR. GOMES MARANHÃO — Caro Presidente da Comissão Especial, nobre Senador José Ermírio e mais Senadores presentes a esta reunião.

É uma grande honra para mim ser convocado para esta Comissão do Senado, que tem na sua Presidência o nobre Senador José Ermírio. Conheci S. Ex.ª ainda menino, no Engenho Santo Antônio, que depois alçou a outras alturas, atingindo a grande indústria. E hoje, com a dupla autoridade de Presidente desta importante Comissão do Senado da República e de industrial de açúcar em Pernambuco, decisão que tomou em hora feliz, pois que realmente precisava dar sua contribuição valiosa à sua terra natal e à economia açucareira, principal esteio da riqueza do Estado.

É motivo de grande satisfação estar aqui presente e fazer explicações sobre o problema da economia açucareira. Quero afirmar que sou confiante e entusiasta nesta indústria que

caminha a passo firme, apesar de todos os atropelos e dificuldades que tem encontrado em seu caminho.

Há dez anos, produzia o Brasil vinte e nove milhões de sacas de açúcar. Atualmente, produz, como ocorreu no ano passado, cinquenta e quatro milhões de sacas, e, se este ano fechar com, ficando em cinquenta e dois milhões, atribuímos isto a fatores de ordem climática, a exemplo do que ocorreu em São Paulo e no Estado do Rio de Janeiro. Do contrário, nossa safra teria a ordem de cinquenta a cinquenta e oito milhões de sacas. Quero dizer que, neste momento, o I. A. A., com o apoio unânime de quem nos ajuda com a economia açucareira, trabalha no sentido de elevar essa produção de noventa e dois a noventa e cinco milhões de sacas. Isso representa até sendo desenvolvido pelos órgãos técnicos do Instituto, com a cooperação de certos grupos de estudo do Ministério, de ordem governamental também, e foram solicitadas igualmente em outros setores. Estamos, portanto, certos de que tal acontecerá.

Naturalmente temos atropelos, conforme acabei de falar, mas devemos nos basear no que está acontecendo. A produção, praticamente, duplicou em dez anos. Há vinte anos produzíamos apenas 1/4 da produção atual.

Desejava informar a esta Comissão de Agricultura que, no momento, apesar das dificuldades, de as safras terem decrescido em função da seca que tivemos no Estado do Rio de Janeiro e das geadas ocorridas em São Paulo, estamos registrando para este ano uma produção de açúcar na ordem de 57 milhões de sacas. Isto nos possibilitará que atendamos o abastecimento do País, em toda sua extensão, sem qualquer transtorno. Ainda mais, exportando para o mercado americano ou o chamado mercado preferencial, e para o mundial. Isto na ordem de 7 milhões de sacas de açúcar.

Nesta altura dos acontecimentos, conforme acabava de dizer ao nobre Senador José Ermírio, já estamos perto de alcançar a 78 milhões de dólares, registrados em exportação de açúcar e de álcool. Esperamos até o término deste ano estarmos com mais 12 milhões de dólares, o que eleva para 90 milhões.

É a primeira vez que se registra na história do açúcar, apesar das calamidades que tivemos em São Paulo e no Estado do Rio de Janeiro, uma soma tão valiosa em divisas.

Itô graças ao encaminhamento das determinações do Sr. Presidente da República, através do Ministério da Indústria e Comércio, no sentido de que se processasse, em ritmo acelerado, a expansão da produção açucareira. Esperamos registrar em 1970 um consumo que aquela época será de 74 milhões de sacas para o consumo, e cerca de 12 milhões para a exportação.

O SR. PRESIDENTE — Naturalmente os Srs. Senadores terão perguntas a V. S.ª.

O SR. GOMES MARANHÃO — Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE — Iniciarei perguntando o seguinte: Qual a posição do consumo interno e qual a exportação prevista para 1964?

O SR. GOMES MARANHÃO — O consumo deste ano está previsto para 48 milhões de sacas, podendo ocorrer o acréscimo de mais quinhentas ou mesmo um milhão de sacas. A esta altura, já exportamos cerca de 6 milhões, e até o final do ano é possível que alcancemos um milhão. É preciso que tenhamos sempre uma segurança, um estoque de garantia para enfrentarmos as dificuldades que ocorrem de ano para ano, de uma safra para outra.

No momento, podemos dizer, realmente existe uma preocupação em relação ao preço do mercado livre, interno, que consiste no seguinte: O açúcar refinado, que é um açúcar de favor, para determinadas áreas como Brasília, São Paulo, Santos e Niterói, tem nas usinas um certo nível de preço, e a SUNAJ é o órgão controlador que mantém rigidamente essa forma de fiscalização. Daí a razão de termos que o preço venha a ser acelerado em todo o interior do País, ocasionando dificuldades nos mercados abastecidos com o açúcar refinado. Isto é comum — não há dúvida — por que, como sabemos, o açúcar, em relação a outros produtos como sejam milho, feijão, arroz, etc., ainda tem, no momento, um preço bem inferior. Isto pode ser comprovado, perfeitamente, por que verificamos que o preço desses outros produtos pode variar de semana para semana, nos armazéns, enquanto que o preço do açúcar permanece sempre o mesmo. Ocorre isto nas cidades que têm preferência de preço.

Naturalmente este fato decorre de fatores, de circunstâncias que não somos nós que iremos debater, neste instante, mas o consumo do açúcar no Brasil, de modo geral, é relativamente baixo. É uma média, nem

ano, de cerca de 38 milhões de quilos.

A exportação de açúcar é outro fator que deveria contribuir, pois no momento é o mais animador possível sobretudo no mercado livre. É preciso registrar que existe uma diferença grande entre o mercado internacional e o americano, ou o mercado preferencial.

Temos cotas bem altas e bastante sensíveis nesses dois mercados. No internacional ou livre, temos 550 mil toneladas de cotas, que conseguimos em 1958, enquanto que no mercado americano temos, no momento, 167 toneladas métricas, que foram acrescidas, neste ano, pela cota global. Além do mais, estamos atualmente sendo acenados com a possibilidade de um aumento dessas cotas, conforme seja o interesse dos resultados dos trabalhos desta Comissão, e conforme as notícias nesse sentido trazidas pelo economista Monte Alegre — aqui presente — recém-chegado de Londres, Washington e Nova Iorque, onde foi representar o Instituto, em grupo de estudos e no Conselho Internacional do Açúcar, na sua última reunião realizada em Londres.

Quero ressaltar que existe uma diferença muito grande nesse mercado. Enquanto há certa estabilidade no mercado americano, o livre oscila muito. Basta ver que há ano e meio, enquanto o americano estava registrando apenas um preço de 115 dólares por tonelada, o mundial não ia além de 60 dólares. Quer dizer, praticamente a metade do americano. Hoje, contudo, os papéis se invertem.

Atualmente o mercado americano está na ordem de 140 a 145 dólares, e o mundial de 250 a 260. Há quinze dias atingiu a 265, mas esperamos que nesta semana haja recuperação, pois a oscilação violenta destes últimos dias foi mais um jôco de Bôlsa, o que é comum ocorrer. Daí por que, enquanto no mercado interno vemos empresas oferecerem uma saca de açúcar por Cr\$ 4.450,00, no mundial dá Cr\$ 9.000,00, isto com o dólar a Cr\$ 600,00.

O SR. PRESIDENTE — Qual será o consumo e a produção para os anos de 1963 e 1964, havendo esse aumento que V. Exa. acaba de citar, de 6 a 7% anualmente, ou mesmo até mais? Haverá sobra para exportação no próximo ano?

O SR. GOMES MARANHÃO — A sobra será relativamente limitada. Previamos este ano podermos exportar 11 milhões de sacas, e só poderemos exportar apenas seis milhões de sacas. Acredito que na situação atual o comportamento do açúcar será parecido com o deste ano, e ainda mais se houver um esforço, como está sendo demonstrado por parte do Poder Executivo e por parte dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, para recuperar o tempo perdido e os prejuízos ocasionados pelas secas eeadas. Eles estão tentando fazer o plantio de cana de ano, aproveitando o período de chuvas e solicitando providências do Banco do Brasil no sentido de possibilitar um esforço maior para corrigir essa falha!

O SR. PRESIDENTE — Qual a situação do parque açucareiro e suas perspectivas de expansão?

O SR. GOMES MARANHÃO — Preciso informar aos Srs. Senadores que o parque açucareiro atualmente, com suas fábricas montadas, dentro do preço que vem sendo cobrada a cana, poderá atingir a 60 milhões de sacas. Naturalmente, as instalações existentes no País, de ano para ano serão melhoradas. Aquelas Estados — conforme vimos — que vinham insistindo para também se tornarem grandes produtores de açúcar, como é o caso de Mato Grosso, Rio Grande do Sul e na própria Amazô-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

A S S I N A T U R A S

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

nia, onde estão sendo instaladas novas usinas. Isso ocasionará a transformação das 56 milhões de sacas em 96 milhões.

Até 31 de dezembro a expansão da cota dar-se-á após a apreciação da medida por parte do Ministério da Indústria e Comércio e do Sr. Presidente da República.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nossa produção é, aliás, o retrato do que ocorre em todo o mundo. Temos, como os outros países, de estabelecer o equilíbrio entre a produção e o consumo.

Numa mesa parecida com esta — naturalmente maior — onde se sentam representantes da Rússia, da China, dos Estados Unidos, de Formosa, e outros países os problemas discutidos são absolutamente iguais tanto para o país importador como para o exportador.

O SR. PRESIDENTE — O que aconselha o Instituto a ser feito para aumentar a produção de matéria prima? Como poderemos resolver essa questão de fornecimento de matéria prima para o parque açucareiro?

O SR. GOMES MARANHÃO — O fator fundamental é, naturalmente, o financiamento, mas existem outros. O financiamento, hoje, é feito em bases modestas; equivale a 10 ou 15% do necessário.

Com melhor financiamento teremos melhor variedade de cana. Financiamento significa melhor variedade, na hora e zona oportunas. Porque nem sempre a cana de Pernambuco dá bons resultados em São Paulo.

Em Pernambuco, por exemplo, temos uma cana que dá grandes benefícios e ao mesmo tempo causa enormes dificuldades. É de grande rendimento, agrícola, mas de indústria difícil, constituindo-se, de certo modo, em problema. Está sendo substituída, no momento, em 40%; gradati-

vamente alcançará 100% na sua substituição.

Para o Nordeste, além do problema do financiamento, temos a adubação e irrigação.

São diversas as produções agrícolas de cana no País. No Paraná, sem adubo, com quatro ou cinco cortes em média, são colhidas 80 toneladas por hectare; em Pernambuco, com adubo, colhem-se 40 toneladas por hectare.

O SR. PRESIDENTE — Quer dizer, então, que o financiamento, nas bases atuais, não é suficiente?

O SR. GOMES MARANHÃO — Não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE — Qual o financiamento mínimo por hectare, por região e qual a época para esse financiamento?

Faço essa pergunta porque muitas vezes o financiamento vem tarde e não pode atuar.

O SR. GOMES MARANHÃO — A pergunta de V. Exa. é muito interessante.

Em relação ao necessário, ao indispensável para financiamento, por hectare, temos que o mínimo deveria ser o dobro do que atualmente ocorre e que seja deferido em época oportuna. Passada a época, o cidadão não pode mais plantar.

No Nordeste, estamos mandando um bilhão de cruzeiros por semana. O financiamento do Banco do Brasil, para 9 milhões de sacas, é de 9 bilhões de cruzeiros, o que nada significa.

O açúcar é um produto produzido hoje para ser consumido durante doze meses. Não nos queixamos, nem batemos às portas do Governo para pedir, porque sabemos que ele não pode dar.

O SR. PRESIDENTE — A questão de preço é muito discutida. O preço atual compensa o plantio e a cultura da cana de açúcar no País?

O SR. GOMES MARANHÃO — Absolutamente. Agora mesmo os trabalhadores do campo pleiteiam um aumento de salário de 80%.

Feitos os cálculos tecnicamente pelo Instituto, seria necessário um preço de sete mil ou sete mil e quinhentos por saca. Desafio qualquer pessoa, na situação atual do Nordeste, a dizer como se poderia pagar esta importância. Já mantive entendimentos com os Ministros competentes, a fim de serem tomadas as providências. O pleito não vai ficar sem resposta e esperamos definir a situação diretamente com as pessoas interessadas: usineiro e trabalhador. Reconheço que é muito pouco e isto deve ser motivo de constrangimento para nós todos. O trabalhador rural ganha de quinhentos a seiscentos cruzeiros, sendo quinze mil e seiscentos o salário mínimo em Recife. São salários quase idênticos e o trabalhador rural recebe ainda o 13.º mês, tem casa para morar. Mas, isto significa ainda muito pouco porque um quilo de charque, sua principal alimentação, está custando setecentos e cinquenta cruzeiros o quilo. Tem eles o direito de sobreviver.

O SR. ATILIO FONTANA — V. Sa. disse que o financiamento por hectare deveria ser o dobro do atual. Qual é o atual financiamento?

O SR. GOMES MARANHÃO — Atualmente é de 800 a 900 cruzeiros por tonelada. Cada hectare produz 40 toneladas o que significa um investimento de 32 mil hectares. Há ainda o adubo que custo 40 mil cruzeiros por hectare.

O SR. PRESIDENTE — Há um fator que estamos estudando: é o da área ideal do fundo agrícola canavieira. A tendência atual é para o minifúndio. Qual a área média para uma lavoura de cana equilibrada?

O SR. GOMES MARANHÃO — A lavoura de cana é uma cultura extensiva e são necessários pelo menos, cem hectares. E esses cem hectares são plantados de cada vez, havendo um revezamento.

O SR. ATILIO FONTANA — Qual o inconveniente da lavoura de cana ser cultivada nos moldes dos Estados do Sul, ou seja, em pequenas propriedades de 25 hectares, pertencentes a famílias que são os próprios cultivadores? Haveria economia do aluguel do braço assalariado. No Vale do Itajaí e na região de Joinville, em Santa Catarina, as propriedades são, em sua maioria, de regime familiar.

O SR. GOMES MARANHÃO — Ilustre Senador existem métodos para cada região. O caso de Santa Catarina é diferente, pois suas propriedades estão se formando há pouco tempo e já havia aquela tradição de a família ser também a dona do trabalho. Há também o problema de educação. No Nordeste, tal não seria possível, pois a usina ficaria parada porque plantava-se hoje e amanhã não. Santa Catarina é uma exceção louvável.

Há também um outro aspecto muito interessante que é o da diferenciação do trabalho nas lavouras de cana do Norte e do Sul do País, como, por exemplo, dos Estados de São Paulo e Pernambuco. Uma usina de um milhão de sacas em São Paulo tem a metade do pessoal empregado por usina do mesmo porte no Nordeste. Por quê? Porque as condições de trabalho são diferentes. São Paulo tem a sua lavoura mecanizada, o que reduz o emprego de mão de obra. Outro fator social importante é o da educação, é o da rotina. Esta diferenciação levou o Nordeste a cometer um crime, pois o preço que era bom em São Paulo não o era em Pernambuco. Tal preço não dá para o plantador de cana e, nestas condições, agindo de acordo com

nossa tradição, de que o pau quebra nas costas do mais fraco, o prejudicado foi o trabalhador que ficou em uma situação de quase miséria. O trabalhador tinha a sua defesa: passou a não trabalhar oito horas, mas apenas três ou quatro, ganhando salário por hora, o que fez com que o trabalho não rendesse para ele nem para a empresa. É um erro que está sendo corrigido. Essa agitação que se verifica em Pernambuco é em parte justificável, pois significa uma reivindicação justa do trabalhador.

O SR. PRESIDENTE — Vimos em Pernambuco, conhecemos o problema, e estamos de acordo com as declarações de V. Sa.

Agora uma última pergunta: o IAA está favorecendo a criação de cooperativas para a produção de açúcar? Favorece também o armazenamento, a "warrantagem" e serve de agente de ligação entre essas cooperativas e o Banco do Brasil, ou o Banco do Nordeste e outros Bancos federais? Estamos vendo uma coisa: geralmente, no setor de produção, quando não há cooperativa organizada, o produtor é infelizmente explorado pelos intermediários. Nenhuma lavoura atualmente — sabemos as dificuldades do trabalho no campo, enfrentar a estiação e outros problemas comuns — prescindiria do auxílio governamental.

Gostaria de saber qual a política do I.A.A. com relação à defesa desses produtos de açúcar, para que não sejam espoliados pelos intermediários, sempre domésticos e tão comuns neste País?

O SR. GOMES MARANHÃO — Gostaria de informar que o lovável, o que se verifica é que os urinais, os produtores em geral, o plantador de cana e o açucareiro, e o seu armazenamento em cooperativa. O fato ocorre em São Paulo, 85% em Pernambuco, 100% e nos Estados do Rio e Alagoas em pequena porcentagem.

Há dificuldades de financiamento por parte do I.A.A. que não dispõe de muitos recursos para atendimento mais eficiente.

O I.A.A. é interventivo entre todos os contratos firmados pelos interessados no campo do Brasil, é praticamente o dono.

O SR. PRESIDENTE — Quanto cooperativas existem?

O SR. GOMES MARANHÃO — Existem quatro: em Alagoas, a Cooperativa Central dos Produtores, em São Paulo, Pernambuco e Estado do Rio.

O SR. MONTE ALEGRE — Vale a pena crescerem que são cooperativas centralizadoras?

Infelizmente a experiência da Cooperativa de Produção no Setor Industrial, feita no Brasil, não foi feliz. Possuímos apenas uma no Estado de Alagoas, a de São Paulo foi transformada em sociedade anônima, porque para empreendimentos de certo vulto os problemas são aplacados, são resolvidos mais facilmente.

O que existe de relevante — a meu ver — no setor açucareiro é a organização dos plantadores de cana. Há um sentido de solidariedade mais definido.

Em Pernambuco os plantadores de cana mantêm um Banco com o capital de 108 milhões de cruzeiros que centraliza todo o financiamento de adubo. A operação é coletiva ao invés de operações individuais. O Banco adquire os nutrientes e com a usina misturadora que possui prepara os adubos para distribuição a seus associados em condições bem mais econômicas. Em dois anos conseguimos quase três centenas de caminhões a esses pequenos produtores com prazo de pagamento de três anos mediante emissão de uma tonelada de cana entregue a usina.

O mesmo sistema é adotado no Estado de Alagoas e Estado do Rio onde a cooperativa centralizadora, até hoje, tem se constituído um problema difícil de ser consolidado.

Existem em São Paulo várias cooperativas desse tipo.

O SR. PRESIDENTE — O Instituto do Açúcar e do Alcool fez um relatório e o distribuiu. Esse relatório estuda a fundo a posição da lavoura canavieira e da produção açucareira no País. Haverá aumento de distribuição de colas em vários Estados?

O SR. JORGE ATALA — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE — Qual será o total para 1974?

O SR. MONTE ALEGRE — Sr. Presidente, esse relatório foi feito com o objetivo de estabelecer as condições para a projeção da limitação da produção. Infelizmente, nossa legislação, que já tem trinta anos, feita durante período de superprodução. E ainda hoje não podemos fugir ao conceito de que a produção tem que ser limitada.

O SR. GOMES MARANHÃO — Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrado que este ano, em produção de cana-de-açúcar, o maior produtor do mundo é o Brasil.

O SR. JORGE ATALA — O consumo de açúcar para o ano civil de 1963 está estimado em torno de quarenta e oito milhões de sacas. O consumo nos últimos dez anos, teve um aumento da ordem de 5%.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Não há perigo de racionamento ou escassez do açúcar?

O SR. JORGE ATALA — Não há perigo, porquanto estamos sujeitos a um certo tipo de oscilação. Presentemente, estamos num período de escassez do produto.

O SR. PRESIDENTE — Pelo relatório do I.A.A. quais os Estados que foram contemplados?

O SR. MONTE ALEGRE — Todos os Estados, desde o Amazonas até o Paraná, exceto o Guanabara, que não tem área territorial para instalações desse tipo, e os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por uma razão de geografia econômica. É uma coisa verificada no mundo, que o rendimento em açúcar da cana abaixo de um determinado paralelo é antieconômico.

Temos na América do Sul o exemplo da Argentina que tem sua indústria açucareira localizada na Província de Tucumán, e que está nivelada às nossas fábricas de Santa Catarina, onde o rendimento não conseguiu chegar a 8%. Os argentinos ficam um pouco abaixo de nós, na produção açucareira.

No Brasil estamos trabalhando até 7%, que não é um rendimento excepcional e sim médio, mas nossas fábricas atingiram produção superior a 94 quilos, na safra passada, e nesta agora, que é pequena, teremos um rendimento de aproximadamente 100 quilos.

Considero não ser conveniente, no momento, a autorização de instalação de novas fábricas. As de Santa Catarina vão executar um plano de expansão dentro desses três anos. No Rio Grande do Sul, o Governo construiu uma empresa de capitais mistos, na área norte do Estado, na zona de Santo Antônio da Patrulha, com o objetivo de captar a cana existente entre esta área e Osório. Confesso aos Srs. Senadores que tenho minhas dúvidas quanto ao resultado econômico dessa empresa, conquanto exista cana secularmente na região, mas que não está em condições de produzir açúcar em termos econômicos. Além do mais é produto utilizado para a fabricação de aguardente, e aquela

zona está sujeita às geadas que sempre ocorrem no norte do Paraná.

O SR. GOMES MARANHÃO — É preciso registrar que houve uma resistência muito grande do Instituto, em se adotar essa quota.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Desajava saber de V. Sa. qual o custo e a produção média de cana por hectare, na área do Nordeste e em São Paulo.

O SR. GOMES MARANHÃO — No Nordeste é da ordem de 40 toneladas por hectare adubado. Em São Paulo e no Estado do Rio de Janeiro varia de 55 a 20 toneladas. No caso do Paraná — como acentuai — é de cerca de 80 toneladas por hectare. Naturalmente, o custo varia porque é muito superior.

O SR. MONTE ALEGRE — Esse custo varia pois compreende mão de obra, direitos, custo agrícola, assistência social, médica, etc., taxas que nos dão um custo de produção por tonelada de cana de Cr\$ 2.466,00. A isto acrescentando uma parcela do custo financeiro que o produtor paga através os juros do financiamento obtido. Enfim, chegamos ao custo total de produção de Cr\$ 3.115,00 que é arbitrado em função de lei. Ele tem uma margem de lucro fixada na ordem de 3%, pelo Instituto.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Quais as estações experimentais que o Instituto tem, e qual a preocupação com a genética?

O SR. MONTE ALEGRE — O Instituto não tem estações experimentais, efetivamente. Este serviço pertence ao Ministério da Agricultura, sendo que o Instituto participa com subvenções e assistência administrativa em algumas dessas estações.

Com relação à Genética da produção de cana-de-açúcar, no Brasil ela é trabalhada, caracterizada e regulada na Estação Experimental de Campos, onde temos um grande técnico; como também em São Paulo — Campinas e Ribeirão — com um serviço de Genética muito grande para a produção de cana.

No Norte, atualmente temos um problema, pois estamos substituindo o porque de cana de Pernambuco com canas adquiridas através da Estação Experimental de Campos. Há três ou quatro safras, houve uma crise na indústria açucareira de Pernambuco, cuja origem, depois de demoradas análises, foi acentuada dentro do problema agrícola.

Dissimulou-se em Pernambuco uma cana conhecida como "3x", que é um tipo muito interessante para o agricultor, mas muito pesada. Suporta bem o sol e o calor, vantagens estas que traziam com que se disseminasse pelo Estado. Além disso, trouxe um inconveniente, não específico, mas decorrente da quantidade com ela foi utilizada. É um tipo de cana de ciclo de maturação muito longo, entre 14 a 18 meses. Esses fatos contribuíram a produção de Pernambuco a um colapso, caindo a sua produção para 84 quilos, quando vinha obtendo um rendimento médio. Isto foi verdadeiramente desastroso para a economia açucareira.

Identificada a causa principal o Instituto começou a fazer um esforço com relação a essas duas safras, por que nesta agora já temos um pouco do resultado da substituição "3x" por variedades outras levadas de Campos. Uma mudança dessas — conforme tive oportunidade de assinalar — gera transtornos. Este tipo de cana é muito bom e nos dois primeiros anos deu excelentes resultados, mas já no terceiro mostrou-se vulnerável às pragas e por isso começamos a estudar a utilização de outras variedades de cana, mais resistentes.

O Instituto, sem fazer experimentação e através do seu Serviço Técnico-Agrônomo, tem dado assistência permanente ao agricultor, na forma do campo de fixação. Vários tipos são postos numa propriedade privada de um lavrador interessado em compreender isto diretamente pelos seus técnicos, com assistência ao agricultor, o que permite a ele mesmo trabalhar dentro dos processos racionais como também se beneficiar, porque 50% das sementes vêm para o Instituto, e as outras 50% ficam com ele para utilização na sua própria produção.

O SR. JOSÉ FELICIANO — O Instituto tem a preocupação de ter sua própria estação experimental com um estudo em profundidade rigorosíssima?

O SR. MONTE ALEGRE — Até o momento não. O problema da experimentação, da genética sobretudo, é muito difícil de ser conduzido dentro das limitações do Serviço Público. Isto aliás demonstra a própria experiência de vários países da Europa e também no Havai, nas Filipinas, em Formosa.

Evidentemente o Estado reconhece essas estações, e tem uma fiscalização sobre seus serviços, assegurando-lhes, mediante uma contratação, a compra das sementes que lhe sejam produzidas.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Fia a pergunta porque sei da existência de uma diferença enorme entre a produção do Brasil e de outros países produtores de açúcar.

O SR. MONTE ALEGRE — O produtor de Pernambuco, por exemplo, tem um plano para desenvolvimento e para a instalação de uma estação experimental privada. No Estado do Rio de Janeiro, por iniciativa de um grupo de usineiros paulistas, existe uma estação para a produção de sementes de cana.

Existem no mundo dois rendimentos agrícolas fantásticos: o Havai, com 187 toneladas de cana por hectare arrancadas — porque, pelo corte, torna-se antieconômica — e o Foru, com 170 toneladas por hectare.

O trabalho, no Havai, é feito todo em laboratório. Aliás, o Havai é um imenso laboratório. O Foru tem uma irrigação constante, dos Andes. Tem água corrente, pelos rios formados, de janeiro a dezembro. Sua produção é de 750 a 800 mil toneladas. Mas não poderá em hipótese alguma, ultrapassar um bilhão de toneladas, não tem área para isso.

Em Porto Rico, existem áreas com amplas possibilidades para um rendimento agrícola muito alto. Devido, porém, à falta de terras, está havendo uma contração da indústria açucareira.

Isso não ocorre no Rio de Janeiro. Em Campos, existe um grande número de pequenos produtores que, devido ao tipo de propriedade que exploram, não têm uma boa renda. O caso, por exemplo, de uma propriedade com 25 hectares, com rendimento de 80 toneladas, teria uma renda global de menos de 600 mil cruzeiros por 18 meses, o que, evidentemente, é inferior a três salários mínimos por mês.

Fato idêntico ocorre com o Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Creio que assim respondi à pergunta do Senador Atílio Fontana.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Aquela região poderia estar produzindo muito mais. Com ovi dos interessados, principalmente de usineiros que não têm colas, que não podiam produzir porque não lhes era permitido pelo I. A. A. De sorte que é um problema que não tem solução, quando se dá que não se pode trabalhar muito açúcar e até mesmo au-

mentar o consumo interno, existindo a possibilidade de ampliar a produção de açúcar em certa região, como Santa Catarina, Paraná.

O SR. GOMES MARANHÃO — A orientação agora é outra. Até então não tínhamos mercado internacional para garantir a sua exportação.

O SR. MONTE ALEGRE — O rendimento açucareiro de Santa Catarina e Paraná é pequeno. Até a Argentina, também com rendimento pequeno, está passando para a heterênia.

O SR. PRESIDENTE — Segundo estou informado, a cooperativa dos usineiros do Estado de São Paulo e a mais bem organizada do país. Estamos, aliás, na época do cooperativismo. Gostaria de ouvir do dirigente dessa Cooperativa considerações a respeito do seu funcionamento; como é organizada a sua produção, sua comercialização, armazenagem, etc.

Sei que constitui um exemplo para o país.

O SR. SIGEFREDO PACHECO — Em países de boa cultura canieira são feitas experimentações de novos tipos por intermédio das universidades. Na União Soviética, por exemplo, esse e todos os outros problemas econômicos são estudados nas universidades e dão excelentes resultados.

No Brasil quase nada existe a respeito. Por que não fazer um contrato com a Escola de Agronomia de Pernambuco, por exemplo? Em São Paulo também temos uma grande escola. Poderíamos dar maior valor às nossas universidades, aos nossos técnicos.

Em Moscou as universidades são pagas para estudar e resolver todos os problemas da nação. Daí o grande sucesso, o grande desenvolvimento industrial da União Soviética.

O SR. JULIO LETTE — As universidades do Rio Grande do Sul e do Ceará já enveredaram por esse caminho. A do Rio Grande do Sul está realmente demonstrando as grandes possibilidades que esses centros culturais têm de colaborar conosco, com o desenvolvimento econômico do país.

O SR. MONTE ALEGRE — É a orientação do ensino universitário.

O SR. JULIO LETTE — Esta exportação é de açúcar do tipo "demerara"?

O SR. GOMES MARANHÃO — O açúcar de exportação é, de um modo geral, tipo "demerara" internacional, sendo que o açúcar a granel vai para os Estados Unidos enquanto o açúcar mascavo tem mercado livre.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Diante da exportação, como se justifica a existência desses engenhos que produzem açúcar mascavo?

O SR. GOMES MARANHÃO — Estão praticamente condenados porque não há mercado. Somente o mercado de Londres o importa, o que deve ser encarado como uma extravagância dos ingleses.

O SR. ATILIO FONTANA — Com relação a este tipo de açúcar, em Santa Catarina, onde se planta cana para a produção de aguardente e desse tipo de açúcar caseiro, lavradores disseram-me que suas terras não produzem mais que a mandioca e a cana de açúcar, ambos produtos vendidos a duzentos cruzeiros a saca. Afirmaram-me que precisava trabalhar uma família de quatro ou cinco pessoas, com animais de tração, para produzir o equivalente a duzentos cruzeiros por dia. Creio que essa produção de açúcar caseiro deveria ser liberada e sobre ela não deveria haver nenhuma restrição. É um ponto que desalaria ver esclarecido, pois as estradas de ferro não permitem o embarque desse açúcar sem estar devidamente legalizado junto ao IAA.

O SR. GOMES MARANHÃO — Não existe, por parte do IAA, qualquer controle ou restrição sobre a produção desse açúcar. Talvez o problema seja de parte das coletorias, pois o Instituto nada cobra.

O SR. PRESIDENTE — Conforme informei aos eminentes Senadores, está presente o Dr. Jorge Atala, diretor da Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool de São Paulo, conhecedor do assunto e que prestará informações de interesse da Comissão. Dou a palavra ao Doutor Jorge Atala, já que o tempo de que ele dispõe é escasso.

O SR. JORGE ATALA — Convocado por esta ilustre Comissão, aqui estamos representando a diretoria do Sindicato dos Produtores de Açúcar de São Paulo e, também, a diretoria da Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool de São Paulo. Sobre o aspecto comercial desta última, podemos dizer que, desde a fundação da cooperativa, tem sido ela a salvação da indústria açucareira de São Paulo. Atualmente ela cuida da comercialização do produto, pois, anteriormente, nós produtores e industriais éramos praticamente esmagados pelos comerciantes e intermediários não só pela dificuldade de exposição do produto, de quatro a cinco meses, como pela necessidade financeira que fazia com que o produto fosse exposto neste curto prazo. A Cooperativa representa 85% da produção de açúcar de São Paulo. Essa produção é entregue à Cooperativa que a comercializa durante o período de safra e faz as retenções necessárias, mediante estudos de consumo do mercado, para distribuição nos outros meses. Possui recursos que lhe são entregues através da venda de açúcar, financiamento e "warrantagem", que são pequenos recursos. Através da venda do açúcar e sua exportação, ela nos dá uma parte que o corresponde a 40% do valor do açúcar produzido. Com esta importância os usineiros, com espírito de sacrifício e de cooperativismo, procuram atravessar os períodos de safra. Durante os outros meses de entre-safra, a Cooperativa põe esta importância à disposição dos usineiros, conforme os períodos de venda. Assim, temos praticamente equilibrado o mercado do açúcar no Estado de São Paulo e, conseqüentemente, nos outros Estados, já que São Paulo representa grande parcela da produção e é exportador para outros Estados.

Quanto à fixação do preço, não tem sido o preço real da mercadoria, mas um preço político. Temos pois de fazer uma auto-defesa para sobreviver. Por outro lado, temos procurado melhorar as condições de "warrantagem" que nos são fornecidas pelo Banco do Brasil. Consideramos um índice muito baixo, que não atende às necessidades da comercialização do produto, o que poderia evitar a entrega da mercadoria aos atacadistas e uma antecipação do tempo em que ela fica em suas mãos produzindo rendas, pois não podemos vender além do preço de tabela. Não consideramos um preço justo, que possa fazer a defesa do produtor, pois não temos tido a "warrantagem", não só em volume como no tempo, já que é fora de época quando ela é feita, o que tem sacrificado a Cooperativa e os usineiros.

O SR. ATILIO FONTANA — Desse saber se as usinas de açúcar do Estado de São Paulo também são plantadoras de cana ou se a adquirem de outros produtores ou se todas elas adquirem a cana-de-açúcar?

O SR. JORGE ATALA — De acordo com as normas da legislação canieira, todas as usinas são obrigadas a ter, no mínimo, 50% da sua produção com cana-de-açúcar com-

prada de fornecedores. Assim ocorre na maioria das usinas de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE — Não só em São Paulo, mas em todo o país.

O SR. JORGE ATALA — Temos usinas trabalhando com 100% de cana-de-açúcar de fornecedores.

O SR. ATILIO FONTANA — Tem essa percentagem aumentado?

O SR. JORGE ATALA — Não. Geralmente, tem aumentado mais por parte do fornecedor, porque enfraquecimento da disponibilidade de recursos dos usineiros faz com que, inclusive, não se tenha recursos para ampliar as áreas das usinas.

O SR. ATILIO FONTANA — Dr. Jarba Maranhão, tenho combatido a situação de o industrial se tornar o produtor da matéria-prima. É uma forma de proletarizar o interior do Brasil. Entendemos e esta é a nossa orientação, como industrial que sou, em produtos da lavoura e da pecuária, que se deveria fazer um esforço muito grande no sentido de que a produção de matéria-prima, no caso, a cana-de-açúcar, não fosse dos próprios usineiros, mas de famílias que produzem a cana-de-açúcar e a entregam às usinas. Isto seria uma forma de melhor distribuir a riqueza na zona agropastoril. Lutamos neste setor, como industrial, e obtido êxito. Seria ideal que a própria Cooperativa de Produtos de Açúcar tivesse uma organização de assistência aos produtores de cana e fizesse com que este número se multiplicasse, fazendo com que fossem em Santa Catarina, em que uma percentagem sobre a produção de nossas indústrias é aplicada na assistência aos agricultores e pecuaristas, e com isso criamos um ambiente de harmonia.

A idéia que defendo sempre é a de evitar essa situação de que poucos são os proprietários não apenas das usinas de açúcar mas também lavradores de cana contra um número muito maior, que seriam os operários proletarizados. E, naturalmente, há sempre o entrelaço entre as duas classes, ao passo que se tivéssemos essa orientação de compartilhar a classe usineira apenas através de serviço de assistência ao plantador de cana e destes, organizados em cooperativas para poderem defender os seus interesses, isto é, o valor do seu trabalho, seria a forma ideal para uma verdadeira democratização do nosso trabalho e do nosso desenvolvimento econômico.

O SR. PRESIDENTE — Dr. Jorge Atala, se não houvesse essa disposição dos interessados em produzir açúcar o Estado de São Paulo teria a safra de que dispõe hoje?

O SR. JORGE ATALA — Não. Temos trabalhado sempre com a cooperação do I.A.A., junto aos órgãos governamentais do Banco do Brasil. Para podermos produzir a safra deste ano na próxima safra de 1964 precisamos do apoio do Governo, no sentido de financiamento da entre-safra em tempo e pelo seu justo valor, imediatamente, para plantar maiores extensões.

Respondo mais objetivamente: se não tivéssemos essa cooperativa, não poderíamos ter nem a safra deste ano, porque o desestímulo já teria vindo. A Cooperativa já existe, com alto espírito de compreensão dos usineiros, mas sempre estimulada pelo I. A. A.

O SR. LETTE NETO — Congratulo-me com o ilustre representante dos usineiros do Estado de São Paulo, pela brilhante exposição que vem fazendo.

Gostaria, Sr. Presidente, de solicitar um esclarecimento do Dr. Jorge Atala. Quando o Instituto foi fundado, a indústria canieira, no Nordeste, até certo ponto, superava bastante a produção de São Paulo, inclusive a

produção de Pernambuco era superior a do Estado de São Paulo. O Instituto do Açúcar e do Alcool foi fundado na expectativa da realização de um sonho, sonho que os usineiros e lavradores do Nordeste acaalentavam, defendendo a tese do zoneamento da produção interna. Assim como São Paulo tinha a primazia na produção do café, o Nordeste tinha a esperança de concorrer cada vez mais para o abastecimento do mercado do Sul. Mas enquanto o I. A. A., através do tempo, foi fomentando a ampliação da indústria canieira em São Paulo. — Sr. Presidente, já que falei em Estado subdesenvolvido, esta a minha pergunta:

Por que é que São Paulo, Estado que lidera a indústria na América Latina e onde a produção de café faz com que seja economicamente e expressão maior da economia brasileira em setores; porque um Estado como o do Pará, nitidamente subdesenvolvido, onde através da História verificamos já ter sido um dos pioneiros da indústria de açúcar e da lavoura, já no final dos séculos XVI, XVII e XVIII, o Pará foi até exportador de açúcar para a Europa, então, Sr. Presidente, tive a notícia de que esse Estado não organizou o seu parque industrial açucareiro até hoje, porque o I. A. A. não lhe deu permissão. Este o esclarecimento que desejava obter do Ilustre Presidente do I. A. A., porque estou estudando o problema e necessitando, urgentemente, de um esclarecimento. Se isto acontecer — tenho a impressão de que se isto acontecesse seria uma atitude injusta do Instituto do Açúcar e do Alcool. Consistiria numa discriminação sem justificativa quando pelo contrário a Federação deve ter o máximo interesse em que todos os Estados se desenvolvam harmonicamente, e especialmente os subdesenvolvidos, para que atinjam um grau de cooperação com a economia nacional, realmente em condições de eficiência. Portanto, gostaríamos de ter essas informações.

O SR. GOMES MARANHÃO — Completará a resposta de V. Exa. o economista Monte Alegre, a quem cedo a vez de falar.

O SR. MONTE ALEGRE — Permita-me fazer um diálogo sergipano com V. Exa., nobre Senador Leite Neto. A função do Instituto do Açúcar e do Alcool, ou melhor, a intervenção do Estado na economia açucareira foi feita em 1931, através da Comissão de Defesa do Açúcar, no começo do governo revolucionário sob os auspícios de um gaúcho, Doutor Leonardo Dutra, cujos escritos ainda hoje podem ser lidos e aplicados, porque já previa ele a sucessão de ciclos da economia açucareira do Brasil.

Essa Comissão de Defesa do Açúcar teve, evidentemente, uma razão não explícita, mas subjetiva, ou seja a de defender a estrutura econômica que era o fundamento da estrutura social e política no Nordeste, de modo geral, particularmente da faixa entre Pernambuco e Bahia, que àquela época produzia 2/3 do açúcar brasileiro contra 1/3, praticamente, do Sul compreendendo o Estado do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e todo o resto.

Partindo dessa estrutura, o problema se manteve dentro desse quadro até o período da guerra, quando e circunstâncias tornaram impeditivo comércio ao longo do litoral. Então, o Governo permitiu a liberação não apenas da produção de açúcar, mas também a criação de novas fábricas no sul do País, com o objetivo de evitarmos a guerra, o Brasil viu que se repetisse aqueles processos, até 1946, com a mesma capacidade industrial que tinha em 1931, quando houve a crise do açúcar e tivemos, de fato, uma capacidade

colosa, que só foi utilizada, praticamente no final da guerra.

Em 1947, ante a iminência da falta de açúcar no Brasil, por não termos plantado durante a guerra e desenvolvido a capacidade das fábricas, o I. A. A. aprovou uma medida, liberando a produção do açúcar nas fábricas existentes, por um período de cinco safras consecutivas. Vimos encontrar nesta época, o fator mais importante que serviu ao desenvolvimento de São Paulo.

Sabíamos que São Paulo é a fatia mais ativa, mais dinâmica do mercado consumidor brasileiro; que São Paulo tem o melhor sistema de distribuição de mercadorias no Brasil, com suas estradas interiores; que tinha e tem o melhor sistema de crédito no Brasil. Então, terminada a guerra, São Paulo saía de uma outra crise, a do algodão. Assistimos à movimentação dos capitais do algodão que se lançaram à indústria canavieira. A prova disto é que verificamos que as grandes áreas de São Paulo que hoje são produtoras de açúcar, anteriormente o foram de algodão, dando a esse Estado, hoje, uma missão muito pesada, pois enquanto o café e o algodão foram evadidos, se deslocando à procura do veio roxo da terra, no caso do açúcar ocorreu a servidão da fábrica. Sem fábrica não se pode deslocar facilmente a cana.

Quando ao Norte, esse sofreu um castigo muito duro da guerra, porque, terminada esta, estava ele praticamente descapitalizado dentro do processo de sua economia açucareira. Tinha produzido, tinha armazenado, tinha controlado e estava comprimido, porque não tinha escoamento para o seu produto. Enquanto o Sul tinha a franquia de movimento, o Norte terminara a guerra sem recursos necessários ao reaparelhamento de suas fábricas. Naquela época isto não custaria muito.

O Instituto fez em 1948 o que chamamos de reaparelhamento da indústria açucareira de Alagoas, o qual custou, na época, 28 milhões de cruzeiros. Isto permitiu ao Estado de Alagoas uma produção superior a cinco milhões de sacas, com uma circunstância: a de que sua maior fábrica, que é a Usina Brasleiro, está parada há quase cinco anos.

Dentro desse processo, então, cresce a produção do Sul, movida por esses recursos.

Temos ainda um terceiro fator no sear da comercialização que dinamizou o processo; foi a densidade da pavimentação de estradas durante a guerra, como medida de segurança nacional e, nos anos que se seguiram ao conflito, como uma necessidade nova dos meios de circulação da economia do País.

Em 1951, a produção do Sul do Brasil superou a do Norte pela primeira vez, e esta superação alermou-se. Não sei se tenho em mãos dados estatísticos que permitam verificar isto, mas no final de dez anos isto seria possível. A produção do Sul é hoje superior em 10% à do Norte, sendo que o Estado de São Paulo produz mais de 50% de todo o mercado açucareiro nacional, lento, porque o mercado doméstico crescendo a produção num ritmo lento, porou o mercado doméstico encurtou. E o Instituto, há dois anos, tomou medidas contrariando os mais profundos laços de tradição da comercialização de açúcar no Brasil. Foi excluir do Estado da Guanabara o abastecimento feito com o açúcar dos Estados do Nordeste, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, ficando a Guanabara com o abastecimento garantido pela produção do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Quando o Instituto tomou esta decisão ele pagava um recurso obti-

do do consumidor, um reajustamento de frete superior a Cr\$ 800,00 por saca de açúcar transportada do Recife, de Macelé ou de Aracaju para o Porto do Rio de Janeiro. Se esse reajustamento de frete tivesse de ser feito hoje, custaria mais de dois mil cruzeiros.

Deste modo, verificamos que tivemos, no Brasil, dois vice-reinados, do Norte e do Sul, em termos de açúcar. São dois mercados que estão superados, dando a impressão, às vezes, de uma forma irremediável, de que exista, ao meio, uma muralha chinesa. Acredito que isto não aconteça apenas com relação ao açúcar, mas com os demais produtos.

No caso do Pará — que o nobre Senador Leite Neto mencionou — assim como o Estado de Mato Grosso, estão numa situação curiosa, porque são os mais antigos produtores de açúcar no Brasil. Existia no Pará, até poucos anos atrás, em funcionamento duas ou três firmas, com sete usinas com cota global de aproximadamente 100 mil sacas. Essas usinas foram montadas no começo do século e o fato é que não podem se desenvolver. Dessas sete apenas uma está em funcionamento.

O Pará é o Amazonas permanecem como mercado dependente do açúcar do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE — É o caso da Bahia, que também tinha muitas usinas.

O SR. MONTE ALEGRE — Bahia e Ceará são outros dramas.

Em nossos estudos sugerimos a elevação da capacidade de açúcar no Brasil e a criação de novas cotas. Abandonamos o que existe no Pará e vamos para a criação de novas usinas, em todo o Amazonas, para a produção de um bilhão de sacas novas, além das 600 mil já concedidas. O restante ficará no Estado do Pará. Isto, porém, não significa auto-suficiência da Amazônia. Seria perigoso, dentro do quadro geral do Brasil, criar condições para tirar o mercado de uma para outra área do país, no caso o Nordeste. Nós ajustamos o problema do Nordeste ao problema de exportação. Geograficamente, Pernambuco é área eleita no Brasil para a exportação de açúcar; as usinas estão mais próximas do porto, possui estradas pavimentadas, um porto em condições de receber navios de diversos calados, condições climáticas para o armazenamento de açúcar a largo prazo. Vamos então aumentar a produção do Pará, do Maranhão, do Piauí, liberando assim Pernambuco e Alagoas para a exportação.

Temos o caso de Sergipe, que possuía em 1930 quase tantas usinas quanto São Paulo tem hoje, mas de parque constituído de pequenas unidades. Não tinha, portanto, tecnicamente, condições dentro do processo econômico brasileiro, de justificar o seu reaparelhamento ou o seu reinvestimento. O Instituto resolveu, então, acabar com as 80 usinas e reaparelhar 8. Hoje existem 27 ou 28. Todas as outras foram fechando e a produção do Estado, atualmente, é mais ou menos a mesma de quando tinha 82.

O problema mais grave em Sergipe é o agrícola: problema de irrigação, máquinas e adubação.

O SR. JÚLIO LEITE — O que pretende o Instituto fazer a respeito?

O SR. MONTE ALEGRE — Em nosso trabalho, consideramos que a solução do caso da Bahia, com um mercado de 4.500.000 sacas, produzindo menos de um milhão, seria o consumo parcial do mercado de Sergipe. Sergipe deve ser, portanto, desenvolvido, pelo menos para abastecer a si mesmo e ao norte da Bahia, onde penetra por estradas de ferro e de rodagem. Pretendemos realizar certos trabalhos de reagrupamento industrial em Sergipe, dando melhor assistência ao produtor agrícola.

O Instituto possui, hoje, em Sergipe, uma equipe agrônoma das melhores e que realiza excelentes trabalhos.

Há, ainda, o problema da praga denominada "cigarrinha", mas que já está praticamente erradicada.

O SR. JÚLIO LEITE — Não está completamente erradicada. Desejaria que isso fosse verdade.

O SR. MONTE ALEGRE — A cigarrinha se desenvolve rapidamente em consequência do empobrecimento do solo. O Instituto vem também procurando encontrar meios para solucionar esse problema.

O SR. PRESIDENTE — O Estado de Alagoas é então o mais promissor em matéria de açúcar?

O SR. MONTE ALEGRE — Perfeitamente.

O SR. AURELIO VIANA — O que tem feito o Instituto do Açúcar e do Alcool para promover o aumento da produtividade das fábricas de açúcar no Nordeste, particularmente no Nordeste, e o que é feito para aumentar a rentabilidade, por hectare, da cana plantada, porque, para mim, os dois grandes problemas estão aí: aumento da produção por hectare, aumento da produção por homem-hora. O que tem feito em termos concretos o I. A. A.?

O SR. MONTE ALEGRE — Já abordamos esse problema agora exposto por V. Ex^a.

O SR. AURELIO VIANA — Concretamente.

O SR. MONTE ALEGRE — Temos o problema agrícola e o industrial. No agrícola, no caso específico de Pernambuco, há a questão do solo: 70% do custo da cana de açúcar, em Pernambuco, é mão-de-obra. Pesa, portanto, 70% na sua produção. Isso, evidentemente, é índice negativo e difícil de ser removido.

Se hoje tivéssemos de escolher uma área para plantar, não seria Pernambuco o Estado escolhido, porque numa zona como a da mata é impraticável implantar certo tipo de lavoura, porque 70% da área não pode ser mecanizada. Assim, este é o primeiro ponto de solução aparentemente difícil.

O SR. AURELIO VIANA — É aparentemente difícil ou difícil mesmo?

O SR. MONTE ALEGRE — É difícil.

Temos feito esforços para resolver o problema de fertilizantes em Pernambuco, e temos as melhores experiências quanto à irrigação; no entanto, o rendimento médio de Pernambuco não satisfaz às exigências. Tentamos, inclusive a substituição sistemática de variedades.

É um problema tão sério que temos um estudo sobre o Estado de Pernambuco prevendo a fusão de vinte e quatro fábricas em dez, o que liberará 40 mil hectares de terras que poderão ser aproveitadas em um plano de colonização com diversificação de lavoura, permitindo, ainda, o aproveitamento das escassas faixas de terra da zona da mata. Em Alagoas, a questão é diferente. O parque industrial de Alagoas não é muito bom, enquanto suas condições agrícolas são excepcionais. Temos ali um trabalho de recuperação dos tabuleiros, que eram considerados safaros, incapazes de qualquer produção agrícola e, hoje, estão produzindo cana de açúcar com rendimento excepcional.

Minas Gerais é um caso complicado, tendo ali ocorrido um caso curioso. O Instituto abriu concorrência para a instalação de uma usina. A firma vencedora importou máquinas da França, instalando-as no município de Matozinhos. Não conseguiu uma safra sequer pois o terreno não era apropriado. Essa usina foi vendida, estando instalada no município de Passos.

O SR. AURELIO VIANA — No caso das Alagoas, usinas conseguem 87 quilos de açúcar por tonelada de cana, enquanto outras, como a "União" conseguem tirar cento e vinte quilos.

O que se tem feito para aumentar a produtividade dessas fábricas?

O SR. MONTE ALEGRE — O Instituto, em 1948, aplicou 28 milhões de cruzeiros em Alagoas, mas em grande parte com máquinas usadas. Agora seguiu para a Alemanha Ocidental uma missão brasileira para ultimar entendimentos sobre a ajuda daquele país ao Brasil, principalmente ao Nordeste. Conseguimos que parte dessa ajuda seja destinada ao setor açucareiro, atendendo com isto o interesse de Alagoas, onde serão substituídas quatro unidades velhas por quatro unidades novas. O importante é que os grupos alemães pretendem colocar ali uma indústria de manutenção, com licença de fabricação de equipamentos. Teríamos no Nordeste uma outra Piracicaba.

O SR. JÚLIO LEITE — Iremos importar equipamento da Europa, tendo similar no Brasil?

O SR. MONTE ALEGRE — Fizemos um levantamento da capacidade da indústria brasileira no que diz respeito a equipamento para a indústria de açúcar e vamos abrir concorrência para a instalação de usinas com capacidade de um milhão e duzentas mil toneladas. Vamos ampliar a capacidade de usinas existentes no total de um milhão e cem mil toneladas. Mesmo assim teremos de importar equipamentos.

Temos um outro problema a resolver: a ausência de financiamentos de bens e capital. Entrei em contato com o BID, que está interessado em prestar assistência financeira, não às usinas de açúcar, mas às indústrias de bens e capital, permitindo que elas tenham recursos circulantes que lhes dêem condições para assegurar créditos ou financiamentos de equipamentos em prazos razoáveis e taxa de juros razoável.

O SR. JÚLIO LEITE — Qual o comportamento da SUDENE com relação a esse financiamento?

O SR. MONTE ALEGRE — No caso do Nordeste, não se pode trazer financiamentos de fora sem o consentimento da SUDENE, que considerava que a indústria açucareira, tendo o I. A. A., prescindiria de sua assistência. Hoje o seu comportamento é um pouco diverso. Estive em Pernambuco fazendo uma espécie de seminário da indústria do açúcar, juntamente com o pessoal da SUDENE que não tinha conhecimento específico. Foi criado o CEPLAN, que está em permanente contato com a SUDENE, esclarecendo-a sobre os problemas do açúcar.

O SR. GOMES MARANHÃO — Quería prestar um esclarecimento ao Senador Atilio Fontana sobre uma tese que ele refere, muito simpática aliás, e que tem a acolhida do Instituto: os usineiros só deveriam industrializar e os plantadores apenas plantar cana.

No momento, pela legislação açucareira, feita ainda ao tempo do Presidente Sr. Barbosa Lima Sobrinho com muita precisão e critério, foi admitida que a distribuição se fizesse à base de 50% de cotas de consumidor, por uma razão muito simples, que até hoje prevalece. Sendo a indústria organizada de maior custo e responsabilidade tem a garantia da matéria-prima. Não se a reconhece que uma usina produzindo quinhentos mil sacas fica na dependência do fornecedor. Isso não se tem observado nem com os fornecedores entregam a matéria-prima à cana-de-açúcar, dentro do prazo.

Fizemos alguns estudos, tanto em Pernambuco como em São Paulo em que a cana-de-açúcar é totalmente produzida.

O SR. PRESIDENTE — Desejo testemunhar as palavras do Dr. Gomes Maranhão e do Sr. Senador Fontana, onde se vê que a indústria açucareira não é possível que

um investimento de dois milhões de cruzeiros fique imobilizado. Não devemos ficar gastando o que não se pode gastar. A única solução é plantar.

O SR. ATILIO FONTANA — Em Santa Catarina, temos orientação diferente: os usineiros de açúcar colaboram com os proprietários de terras.

O SR. GOMES MARANHÃO — Também há essa colaboração.

O SR. ATILIO FONTANA — Com recursos técnicos, técnicos, etc. Assim temos um ambiente de harmonia entre os lavradores e os proprietários. Temos que considerar também a questão social. Estamos vendo, por exemplo, Pernambuco enfrentando situação de verdadeira ameaça à própria Democracia. Devemos evitar que aconteça como em Cuba.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Dr. Jorge Atala, para opinar sua exposição.

O SR. JORGE ATALA — Sr. Presidente, desejava ainda dizer algumas palavras sobre os plantadores de cana-de-açúcar.

Em São Paulo, região que conosco, e acredito que todos os Estados produtores acataram, o mesmo, proporcionamos toda a colaboração aos plantadores de cana-de-açúcar não só as, preço financeiro assistencial como também. Fornecemos-lhes máquinas, adubos, sementes, recursos financeiros e até assistência completa. O que ocorre é que o preço estabelecido pelo Governo não representa o justo valor do seu trabalho. Há então, o desestímulo.

Atualmente tivemos a oportunidade de através do Banco do Estado de São Paulo, financiar os plantadores de cana-de-açúcar com cartas de fiança das usinas. Apesar de não termos esses plantadores como cotistas ou sócios de nossas usinas, porque são coisas atribuídas através do Instituto e entendimento que o produto é vendido no momento, autorizados pelo I.A.A., damos estes cartões de fiança aos plantadores que foram ao Banco do Estado de São Paulo e fizeram seus contratos de financiamento em bases até razoáveis.

A assistência social, aspecto facilitado pelo Sr. Senador Atílio Fontana, não foi esquecido. Proporcionamos toda a assistência aos plantadores de cana, inclusive adquirindo gêneros alimentícios na fonte, para reduzir o preço de custo, através de associações cooperativistas. No nosso particular, fomos além: cultivamos 500 de cento e cinquenta hectares de cana que, depois de colhida, foi vendida aos empregados, também o

preço de custo. É o que ocorre na maioria das usinas, onde o açúcar é também fornecido, sem lucro, aos empregados, lavradores e fornecedores.

Quanto à plantação de cana-de-açúcar por agricultores, não de perto o menor interesse. Temos por todos os meios procurado incentivá-la mas sem êxito. A compra de terras exige a imobilização de recursos capitais, e as usinas não interessa fazê-lo por conta própria.

O SR. ATILIO FONTANA — V.S. levantou a primeira de que caberia ao Ministério da Agricultura, principalmente, cuidar do verdadeiro, do justo preço que o produtor deveria perceber pela cana de açúcar. Somente assim haveria uma forma de fomentar a produção. Cabe ao Ministério da Agricultura, a exemplo do que constatamos nos Estados Unidos e em outros países, defender os interesses dos lavradores no que tange à fixação do preço do seu produto, no caso de cana-de-açúcar.

Realmente, deveria ser da competência do Ministério da Agricultura, entrosado com a própria Secretaria do Estado de São Paulo, no caso vertente.

O SR. JORGE ATALA — Costaria ainda de dizer a V. Exas. que na Cooperativa dos Produtores do Estado de São Paulo chegamos à conclusão de que a expansão da indústria açucareira se faça dentro desse plano que o Instituto está estabelecendo, em análise. Quero ainda salienta que o fator principal para que se desenvolva a indústria açucareira não é somente criando novas fábricas em outros Estados ou mesmo no de São Paulo, e sim incentivar com o justo preço e com o tempo devido, a indústria reduzindo o custo da comercialização do açúcar. Como sabemos hoje uma operação bancária, com os descontos de uma duplicata com juros impossíveis de serem descontados coopera para o encarecimento do custo do produto que tem um preço fixado durante 12 meses.

O preço da sacaria, do transporte, da mão-de-obra aumentou muito nestes últimos quatro ou cinco meses, o mesmo acontecendo com as taxas bancárias no custo de operações de descontos de duplicatas. Taxas essas que chegaram a duplicar. Desta maneira não podemos continuar incentivando o plantio com seu justo preço. Isto com relação a São Paulo.

O SR. PRESIDENTE — A posição de São Paulo realmente é excepcional devido à planura de suas terras e à posição já adelantada da sua agricultura. No Nordeste só Alagoas tem

condições boas para um maior desenvolvimento da cana-de-açúcar. Gostaria de perguntar ao Sr. Gomes Maranhão se essas medidas serão tomadas com urgência, pois estamos com o consumo aumentado na base de 5 a 6%, e a situação da lavoura tornando-se crítica, com os preços elevadíssimos. Quanto às usinas lucram com grandes dificuldades em relação ao transporte cada vez mais caro, criando uma situação alarmante.

O Instituto do Açúcar e do Alcool necessita da cooperação do Senado Federal e da Câmara dos Deputados no sentido de fazer uma política construtiva, porque verificamos que grande parte da produção açucareira compensa muito mais que a de cana-de-açúcar. Nessa época em que o Brasil poderia exportar uma tonelada de dólares centenas de milhares de dólares não o estamos fazendo por falta de providências.

Passo a palavra ao Sr. Gomes Maranhão a fim de que S. S. nos apresente uma conclusão mais fundamentada para nossas deliberações futuras.

O SR. GOMES MARANHÃO — As medidas recomendadas pelo Instituto são de caráter urgente. Esse planejamento está estipulado para se concluir até o dia 31 de dezembro, e nele são aventadas as providências que deverão ser adotadas, inclusive instalação de novas fábricas e também melhoramento e ampliação das usinas existentes nas várias áreas que estão sendo estudadas.

Não é por tradição que se fabricará açúcar neste ou naquele Estado e sim pelas boas condições que possa oferecer. Quanto ao caso do Pará — aqui comentado — lamentamos dizer que nunca será o grande produtor de açúcar, mas aqueles que têm possibilidades de o serem o serão.

É para esse motivo de não satisfazer o desejo que esse ministro se afiança ao Nordeste de Pernambuco, por exemplo, paga ao trabalhador industrializado o maior salário do Estado. Este trabalhador ganha mais que um bancário, que um comerciante, que um funcionário público. Um trabalhador de usina, atualmente, ganha em Pernambuco, Cr\$ 31.000,00. Isto com casa, água, luz, médico escola e transporte na porta. Os trabalhadores do campo estão reivindicando também melhores salários, pois o que percebem não dá nem para suas necessidades primordiais.

Nesse sentido estamos envidando nossos esforços junto aos Ministérios do Trabalho, da Indústria e Comércio e da Fazenda, no sentido de que essa reivindicação seja atendida. A verdade, Srs. Senadores, é que aque-

les trabalhadores do campo precisam sobreviver como seus semelhantes, conforme frisai no início destas minutas considerações, mostrando que não é possível um cidadão ganhar apenas se centos cruzeiros por dia, para comprar um quilo de carne a trezentos e cinquenta cruzeiros.

Estou certo de que com o esforço e com a atenção do Governo e mais agora com a cooperação do Senado — tendo em vista esta nossa convocação para debatermos nossos problemas nesta Comissão — o Instituto do Açúcar e do Alcool contará com elementos capazes de levar à frente todos estes empreendimentos.

Hoje, devemos olhar com o mesmo grau de interesse tanto o trabalhador como ao usineiro e ao fornecedor de cana. Deste modo, tenho certeza de que dentro de dez anos estaremos em situação melhor, com nossas condições sociais bem melhoradas. A verdade, Srs. Senadores, é que não devemos enriquecer os usineiros e deixarmos o trabalhador naquela situação que constitui verdadeira vergonha para nossa Pátria.

O SR. PRESIDENTE — Nada pois havendo que tratar, no momento, e dado o adiantado da hora, vou encerrar esta sessão antes agradecendo à presença do Dr. Gomes Maranhão, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, do economista Dr. Monte Alegre, do Dr. Jorge Atala, Presidente da Cooperativa dos Usineiros de São Paulo e dos Srs. Senadores.

Desejo ainda ressaltar aos ilustres convidados que disponham desta Comissão de Agricultura, e penso interpretar a maioria ou a totalidade do Senado, pois aqui estamos no intuito de defender a produção agrícola, tão necessária à vida do País e tão sacrificada em todos os sentidos, quer pela falta de financiamento, quer pela falta de técnicos e de armazenamentos. Estamos certos de que haveremos de vencer e corrigir todas essas falhas, pois esse serviço, atual ente, não corresponde de forma alguma às necessidades do Brasil. Está encerrada a sessão. (Muito bem; muito bem. Palmas).

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 30 minutos).

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião às dezesseis horas e trinta minutos, lavrando eu, Alexandre Marques de Albuquerque Melo, Secretário a presença Aia que, uma vez assinada, será lida pelo Senhor Presidente.